

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA

***Cinco cenários para o Brasil, 2001-2003.* Cláudio Porto, Elimar Nascimento e Sérgio C. Buarque. Rio de Janeiro, Nórdica, 2001.**

MARIA CELINA D'ARAUJO\*

### **Entre o desejável e o possível: cenários de mudança no Brasil**

Nas últimas décadas, examinar e propor cenários tem-se tornado rotina entre dirigentes empresariais e governamentais. As atividades de consultoria prosperaram na medida em que as incertezas aumentavam em meio à crise do Estado, em suas facetas gerencial e fiscal, e em meio aos desafios de uma economia crescentemente globalizada. Pode-se dizer que o Brasil ganhou *expertise* nesse campo, como bem atesta o livro *Cinco cenários para o Brasil, 2001-2003*, de Cláudio Porto, Elimar Nascimento e Sérgio C. Buarque.

Os três autores são consultores e vêm de carreiras acadêmicas bem-sucedidas, ligadas à economia e à sociologia, o que dá a esse trabalho uma amplitude incomum entre seus congêneres. O livro, com prefácio de Luís Nassif, tem um objetivo de curto prazo, vislumbrando cinco cenários para o triênio 2001-03, e uma proposta de médio prazo, apresentando possibilidades para as próximas duas décadas. E, logo no início, ensina algumas lições sobre as vantagens de trabalhar na perspectiva ali enfocada, ressaltando que “um conjunto de cenários, explícita e adequadamente utilizado, reduz os conflitos de percepção a respeito do futuro e melhora a qualidade das decisões estratégicas, tornando-as mais controláveis ou avaliáveis” (p. 24).

Começamos pelo capítulo intitulado “Metodologia”, que esclarece as especificidades do método de cenários. Destacam-se aqui dois erros nos procedimentos de previsão comumente adotados por cientistas sociais e similares. O

---

\* Doutora em ciência política, pesquisadora do Cpdoc/FGV e professora da UFF

primeiro é o de tentar enxergar o futuro sem levar em conta mudanças iminentes e correntes, visíveis no tempo presente, o que leva a uma simples “extrapolação” condenada ao fracasso, por não enxergar as mudanças em curso. Nessa perspectiva, o futuro pouco tem de diferente do presente e do passado. O segundo equívoco comum, quase antípoda do primeiro, é atribuir grande peso a eventos conjunturais recentes ou em curso (principalmente crises e escândalos), pois eles podem muito bem esgotar sua capacidade de influência sem alterar substantivamente a rota dos atores, dos processos e da sociedade. A consequência disso é que o método de cenários dá atenção especial às chamadas “incertezas críticas” — fatores, variáveis e processos que estão claramente passando por mudanças cujos desfechos são insabidos, mas capazes de alterar os resultados. Outra característica metodológica notável da construção de cenários é o peso dado aos interesses diferenciados dos atores, às possibilidades de antagonismos ou alianças entre eles, e ao somatório de apoio social que as diferentes alternativas podem receber. Assim, cenários que parecem altamente prováveis ao se considerarem processos e estruturas podem, na verdade, contar com pouco ou nenhum apoio social, o que é em si um fator que aponta para a sua improbabilidade.

No curto prazo as possibilidades do Brasil são expressas pelos autores em cinco cenários. Numa primeira perspectiva, denominada “O vôo da Fênix: continuidade”, temos o cenário de crescimento econômico, continuidade política, com inflação reduzida, superação da crise energética e um início de reversão do quadro de exclusão social. Neste caso, o “Brasil ressurgiu das graves crises cambial e energética, segue uma trajetória bem-sucedida e desponta como uma das nações potencialmente mais relevantes do mundo globalizado” (p. 68).

A possibilidade seguinte, “Nas asas do Tuiuiú: ajustes de rota”, mantém a anterior, com a diferença de que aqui teríamos uma mudança no bloco de poder, de forma a incorporar políticas sociais mais densas. Neste caso, sinais de “um ciclo virtuoso de crescimento econômico trazem a perspectiva de um país não só viável e promissor, mas também decidido a aproveitar as oportunidades externas e suas potencialidades internas para corrigir as imensas desigualdades sociais que marcaram seus 500 anos de história” (p. 82).

No cenário 3, “Seguindo a arribação: mudança de rumo”, o Brasil muda seu perfil político e busca maior responsabilidade social, mas as condições internacionais são desfavoráveis, comprometendo o crescimento econômico. Do ponto de vista interno o país se depararia, de início, com problemas energéticos e instabilidade política. Mas, ao fim do triênio, teria recuperado “a confiança de investidores externos e internos e parte para um novo rumo no terreno social, sem perder a cautela e a prudência na esfera econômica. O Brasil se mostra uma nação decidida a reduzir, no menor tempo possível, suas imensas desigualdades sociais” (p. 95).

O cenário 4, “Do jeito do caramujo: resistência”, prevê um quadro de dificuldades internas e externas, de crise energética e de crescimento, propiciando a vitória nas urnas de um bloco de oposição reformista e nacionalista que daria prioridade ao combate à pobreza e à exclusão social. Mas neste caso também, ao fim de três anos, a comunidade internacional voltaria a acreditar que seria possível ao Brasil crescer e, ao mesmo tempo, combater a pobreza “resistindo ao liberalismo e à globalização” (p. 108). O crescimento econômico e o controle sobre a inflação aqui estariam mais comprometidos, mas não mais do que no cenário seguinte e último, “A síndrome da vaca louca: crise”.

Esta seria uma possibilidade excepcional em que as situações externa e interna seriam política e economicamente desfavoráveis e a inflação entraria em franca elevação. Cenário pouco provável, mas não impossível. O “país estaria sem rumo claro e, aparentemente, sem capacidade política para encontrar novas saídas que levem ao crescimento econômico sustentável e à redução dos enormes déficits e injustiças sociais presentes na cena nacional” (p. 122). Este é o pior dos cenários e que no médio prazo nos levaria a uma situação de estagnação e pobreza.

O melhor cenário é o primeiro, em termos de menores taxas de desemprego, melhor inserção internacional, desenvolvimento integrado, inflação baixa e políticas consistentes, embora embrionárias, de combate à exclusão. Neste sentido, os autores acabam corroborando a tese de que mudanças abruptas podem gerar mais temores do que soluções. Adotam uma postura ponderada que se contrapõe aos mudancismos quer da esquerda, quer da direita, embora não seja preocupação do livro copilar propostas existentes, criticá-las ou endossá-las.

Os autores apresentam uma sinopse de todos esses cenários (p. 128-9) para, a seguir, expor sua visão de longo prazo. Neste caso, a articulação com os cinco cenários anteriores é evidente. Para as próximas duas décadas as possibilidades vislumbradas são:

- † continuidade — modernização com exclusão social;
- † ajuste e mudança — desenvolvimento integrado;
- † resistência organizada — crescimento endógeno;
- † crise — estagnação e pobreza.

Em todos os casos é importante a menção que os autores fazem a questões ainda consideradas emergentes por vários analistas, mas que, na verdade, vêm-se constituindo em características marcantes de nossos tempos. Por exemplo, integração regional, novos direitos sociais, em especial os do consumidor, a novidade do Ministério Público como espaço de novas demandas sociais por justiça, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o terceiro setor,

a reforma do Estado e a reconfiguração da esquerda. Ou seja, tomam-se as mudanças na sociedade e nas instituições jurídicas, sociais e econômicas como indicadores de mudanças que precisam ser operadas — ou já o foram — no plano político.

No decorrer de todo o texto nota-se, com satisfação, a ênfase na questão social e uma posição explícita de que tal problema não seria hoje apenas monopólio das preocupações da esquerda. Este seria um desafio a ser seriamente encarado por qualquer governo, independentemente da sua orientação política. A orientação ideológica poderia mudar a ênfase, mas não a iniciativa.

A exclusão social é aqui apresentada como um obstáculo ao crescimento integrado, e não mais como um resultado consciente e provisório de um crescimento acelerado, como se pensou durante os governos militares. Mesmo sem citá-las, os autores estão corroborando posições pioneiras nesse campo, como as do economista Amartya Sen, para quem o desenvolvimento econômico só faz sentido se for instrumento para produzir liberdade e justiça social, ou seja, se tiver no homem o seu meio e o seu fim.

Percebe-se também uma convicção de que uma saída nacionalista e populista, ao velho estilo latino-americano, se aparece como saída salvacionista e milagrosa para alguns políticos isolados, não teria mais condições de atender à complexidade econômica do Brasil, sua feição internacional e sua densidade democrática.

Ao fim da leitura temos a agradável convicção de que o país tem várias possibilidades para amenizar seus problemas sociais e econômicos e que, mesmo com condições internacionais adversas — e de fato o Brasil tem sido atingido por crises imprevistas, especialmente as financeiras —, tem capital humano e estoque de alternativas que lhe permitirão evitar o pior cenário. Mesmo porque o pior dos cenários joga com hipóteses que hoje parecem remotas. De toda forma, existem.

Fique claro que quem trabalha com este tipo de perspectiva não adota explicitamente as suas preferências nem faz desses cenários uma “cesta básica” de propostas que permita aos atores responsáveis pelos destinos do país optar por uma ou por outra. Não se trata disso, mas sim da composição de uma série de probabilidades que acabam conformando possíveis quadros com os quais os governantes e os tomadores de decisões poderiam se defrontar. São possibilidades que ajudam a formar opinião e sinalizam para outros debates e caminhos. O que é importante registrar, contudo, é que, mesmo levando em conta tudo isso, parece que a atual posição do país nos campos político e econômico permite antever vários cenários que não são catastróficos, nem fazem a alegria das cassandras. Pelo contrário, oscilando entre os extremos da continuidade e a crise completa, haveria um amplo campo para combinar melhorias em algumas áreas com estagnação ou piora em outras, mas, como saldo final, haveria uma forte tendência a configurações que per-

mitam ao país crescer, tornar-se mais justo, mais democrático e com maior visibilidade internacional.